



CDS-PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 21

Outubro de 2006

SEM DEIXAR DE TER EM CONTA O PASSADO IMPORTA UM MELHOR FUTURO PARA O POVO AÇORIANO

Na sessão de comemoração dos trinta anos da primeira sessão solene do Parlamento açoriano, o Líder Parlamentar do CDS/PP, depois de aludir a alguns acontecimentos históricos que foram concretizando as pretensões autonómicas dos açorianos, referiu que, nos Açores, “só se concretiza a democracia, construindo a autonomia”.

Artur Lima afirmou depois que “não obstante a oportunidade e a justeza da comemoração que hoje aqui fazemos, na perspectiva do CDS/PP, importa aproveitar estes momentos para, fundados nos sucessos do passado, fazermos um esforço por encontrar os melhores caminhos para o futuro”.

Acrescentou que “há todavia que homenagear todos aqueles que, no meio de grandes dificuldades, ainda sem experiência, com poucos meios e sobretudo deparando-se com grandes incompreensões relativamente ao processo de concretização da autonomia, foram capazes, na Assembleia e no Governo, de realizar um edifício legislativo importante e uma obra material considerável” e justificou “a pureza indubitável desses primeiros tempos, o desprendimento pessoal e o espírito de serviço à causa pública, foram essenciais para a construção da autonomia e continuarão a ser um modelo que importaria ter sempre presente, para a credibilização das instituições. Importa estar atento aos sinais, lê-los, interpretá-los e tirar daí as devidas lições”.

Apontando para o futuro referiu “para além de um trabalho sério e muito empenhado que se nos impõe a todos, há que ter consciência que a edificação e conservação da unidade açoriana – indispensável para a satisfação das necessidades presentes e para preparar a realização do desenvolvimento futuro a que aspiramos e temos direito – só é possível, se tivermos em conta a diversidade intrínseca e aproveitarmos a complementaridade das nossas nove ilhas e se valorizarmos as características próprias dos respectivos habitantes”.

O Líder Parlamentar do CDS/PP recordou que Vitorino Nemésio, já há 50 anos, teve a visão que o levou a escrever que “o arquipélago desenvolve-se como uma teia de três malhas – os três grupos ou pequenas constelações de ilhas próximas –, omitindo um dos quais, ou uma das mais ínfimas unidades (Santa Maria ou o Corvo, a Graciosa ou as Flores) se arrisca a harmonia do conjunto”.

Preveniu que “no aspecto político é também essencial que nenhuma força política se convença que pode dispensar as demais, ou se pode transformar, por si só, no único motor gerador de análises e soluções. Nunca uma oposição, nem sendo a mais representada, pode aspirar a ser única e nem sequer uma maioria, por mais absoluta que seja, pode pretender exercer o poder de forma totalitária”.

Artur Lima recordou que outrora Aristides Moreira da Mota afirmou que “o Estado não só gasta pouco com os Açores mas gasta mal” e que “segundo Mont’Alverne de Sequeira, o Estado gastaria pouco e mal, porque a distância dos distritos insulares relativamente a Lisboa não permitiria o exercício pronto e eficaz da acção do Governo”, alertando para que “hoje o poder regional gasta muito nos Açores, mas é preciso cuidar de não gastar mal, porque nem poderia valer-lhe a desculpa da distância das ilhas, para justificar a falta de prontidão ou a ineficácia”.

“Teremos de saber dar conta do presente e de preparar o futuro” e “sem deixar de ter em conta o passado, o que importa é um melhor futuro para o Povo Açoriano”, afirmou também Artur Lima, que terminou declarando “a autonomia nasce nos Açores, mas cresce como um projecto nacional”.

(Diário ALRAA n.º49)

O CDS/PP É UM PARTIDO CLARAMENTE EUROPEÍSTA

No dia em que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores celebrou o dia da Europa, o Líder Parlamentar, na sua intervenção, disse que “o CDS/PP é um partido empenhado diariamente na construção Europeia, na fidelidade aos ideais dos Tratados fundadores e da adesão formal de Portugal” e porque “é um partido de liberdade, que reconhece aos seus militantes liberdade de posição e opinião”, não sendo diferente na questão europeia “são conhecidas posições divergentes no CDS-PP a este respeito, ao longo da elaboração do projecto da constituição europeia. Esses militantes, na linha do modelo da Europa das Nações deram o seu contributo crítico à construção de um novo texto, contribuindo activamente para um tratado constitucional equilibrado”.

E esclarecendo disse “entendemos a Europa como um espaço que respeita e valoriza a identidade nacional, unida na sua diversidade e promovendo um amplo espaço de progresso económico e social, de liberdade, segurança e justiça para todos os cidadãos nacionais e europeus”.

Recordou que já há 56 anos os fundadores tinham consciência que “a Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto.”

Artur Lima continuou lembrando que “não falta nesta Região quem se questione sobre se nos Açores tem sido feito o melhor uso dos mecanismos financeiros e do princípio da subsidiariedade, e se temos feito o aproveitamento racional e integral de todos os fundos” e afirmou que “esta constatação deverá obrigar que cada momento seja aproveitado para uma reflexão, que permita fazer as adequadas correcções tendo em vista que os meios postos à nossa disposição sejam aproveitados, da forma mais eficaz, para o progresso e desenvolvimento Açoriano”. *(Diário ALRAA n.º 41)*

A NOVA POLÍTICA DE TARIFAS DA SATA É LAMENTÁVEL E INFELIZ

Em intervenção no Parlamento, o Líder Parlamentar do CDS/PP lembrou que no Programa de Governo estava consagrado, na área dos transportes aéreos, o esforço na melhoria das acessibilidades, uma igualdade de tratamento para todos os açorianos e a melhoria dos serviços prestados e que a Assembleia, sob proposta do Governo, criou o Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico alegadamente para “propiciar, através de políticas de ajustamento e de proximidade, o desenvolvimento económico e social integrado do arquipélago”.

Na sequência Artur Lima afirmou que “os valores das tarifas divulgadas pelo Governo, no cumprimento da tão propalada redução do custo das passagens aéreas para as ilhas mais desfavorecidas, ao contrário do que legitimamente seria de esperar (...) acabaram por se transformar num logro” e acrescentou “o desencanto foi tanto maior, porquanto o Governo, insistindo na divulgação, criara uma enorme expectativa junto dos açorianos, fazendo crer que se tratava de uma política, nova e revolucionária, não só para a promoção da economia das parcelas mais frágeis da nossa Região, como em relação à melhoria da qualidade de vida das suas populações”.

Depois de provar com percursos e preços em concreto, afirmou que “as novas tarifas só servem para confirmar que o PS nunca esteve interessado em promover uma efectiva redução do custo do transporte aéreo entre as ilhas” e que “quando o CDS/PP propôs, na legislatura anterior, uma redução significativa das tarifas entre as ilhas, foi prontamente contrariado e sofreu os maiores ataques por parte do PS e do Governo”, pois se “dependesse do CDS/PP, os Açorianos pagariam metade do que pagam em qualquer ligação inter-ilhas”, pelo que a nova política de tarifas “não se pode deixar de classificar como uma lamentável e infeliz decisão do Governo Regional”. *(Diário ALRAA n.º 46)*

Açorianos são discriminados pelas

Companhias Aéreas

Em intervenção no Plenário da Assembleia, o Deputado Artur Lima, em tempo oportuno, considerou que estavam a ser violados direitos dos passageiros, em desrespeito pela lei nacional de protecção de dados pessoais e pelas normas europeias, porque “os dados obtidos devem ser tratados de forma lícita e com respeito pelo princípio da boa fé, exactos e ainda adequados, pertinentes e não excessivos relativamente à finalidade para os quais foram recolhidos”. O Líder Parlamentar considerou ainda que “é tempo de não permitir que se continuem a discriminar os açorianos”. *(Diário ALRAA n.º 34)*

CDS/PP defende a fiscalização política

Ao intervir a propósito de alegadas irregularidades, o Líder Parlamentar do CDS/PP afirmou que “as irregularidades são-no quando efectivamente começaram a existir e não apenas quando o desenvolvimento dos desentendimentos as trouxe a público” e clarificou que “nem sempre o aparato mediático da criação de mais uma comissão (de inquérito) tem uma boa correspondência em termos de eficácia”. Artur Lima fez lembrar que “a oposição tem o direito de querer apurar a verdade e nós queremos. Mas certamente que a maioria também tem o dever de querer esclarecer, porque quem não deve, não teme”. *(Diário ALRAA n.º 42)*

SECRETÁRIO REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS TEIMA EM NÃO QUERER RESOLVER OS ASSUNTOS

Numa intervenção em que reconheceu que a saúde é uma área difícil, mas que é preciso lutar “sempre com o intuito de conseguir o bem comum”, o Líder Parlamentar do CDS/PP afirmou que “a actual política de saúde não serve”.

Artur Lima constatou que cada dia que passa “o Secretário Regional dos Assuntos Sociais vai revelando melhor a sua incapacidade para resolver os problemas simples, complicando ainda mais a vida aos utentes e pondo seriamente em causa a credibilidade do Serviço Regional de Saúde e por consequência do Governo Regional”, sendo mesmo incapaz de implementar aquilo com que concorda “quicá cedendo a lobies e indo contra as orientações do próprio Presidente do Governo no que diz respeito ao aproveitamento da capacidade de recursos humanos e técnicos existentes”.

O Deputado do CDS/PP perguntou mesmo se é preciso a “anunciada” auditoria ao Serviço Regional de Saúde “para concluir que o Secretário Regional é incapaz de implementar as unidades de saúde de ilha e que ainda por cima as põe em causa?”, ou para “se perceber que uma iniciativa boa, como a do cartão do utente, não tem seguimento por parte do Secretário Regional, correndo o sério risco de a transformar num embuste?”, ou para “se saber que alguns médicos, quando estão de prevenção, receitam por telefone, que demoram horas a chegar à unidade de saúde, ou ainda que pura e simplesmente se recusam a ir à hora a que são chamados e ainda por cima culpam o ‘sistema’, como foi o caso recente de Santa Maria?” e sobretudo para “notar que as pessoas vivem com medo, assustadas, sem confiança no Serviço Regional de Saúde, ficando entregues à sua sorte, sem ter quem as defenda, o mais das vezes vítimas duma arrogância intolerável, duma frieza arrepiante, duma desumanidade imperdoável; em resumo: da negligência praticada e grosseiramente consentida no «sistema»”.

O Líder Parlamentar do CDS/PP considerou sintomático “as dezenas de pessoas que se dirigem à comunicação social relatando os seus medos, mas que não os assumem com receio de represálias!”, do que sabem “jornalistas da cidade onde a própria Secretaria Regional está sediada. E honra seja feita àqueles que no cumprimento da missão jornalística se têm encarregue de dar os contributos essenciais para a compreensão dos problemas”. Quase a terminar estranhou que “só o Secretário Regional é que parece que teimosa e obstinadamente persiste em não querer resolver os assuntos, quase diariamente denunciados”, numa “política de avestruz”, como que demonstrando acreditar no “eles falam e a caravana passa”. *(Diário ALRAA n.º 32)*

APREGOIA-SE A LIBERDADE MAS HÁ MEDO!

O Líder Parlamentar do CDS/PP interveio na Assembleia Legislativa, começando por se referir à liberdade “uma conquista da democracia e por todos apregoada, mas infelizmente por alguns censurada”, que “é um valor inalienável e como tal tem de ser cultivado e praticado no dia a dia, sobretudo por aqueles que têm responsabilidades públicas e políticas”, mas “desafortunadamente, o que se nota é que as pessoas têm medo: medo de assumir no emprego e no seio da sociedade aquilo que pensam, temendo represálias, por receio de perder direitos e vantagens para si e para os seus!” e “se há medo algo não está bem; se se silencia, vamos no mau caminho; se há perseguição, pior ainda!”.

O Deputado afirmou depois que aquilo que “se passou no Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, é bem o exemplo de silenciamento que se quer impor a quem discorde e ouse manifestar livremente a sua opinião”, acrescentando que se promove a “caça às bruxas”, se procuram “bufos”, se fazem “reuniões ridículas, passando palavras de ordem, para se cerrar fileiras contra o povo” chamando-o de ingrato “só porque teve a ousadia de publicamente se queixar que é mal tratado!”

“Demite-se um director de serviço por telefone”, disse Artur Lima e “depois é o Senhor Secretário que não se pronuncia, alegadamente porque também acha que se trata de assuntos internos da instituição e não se mete porque quer fazer querer que não tem nada a ver para o assunto”, isto mesmo quando parece “bem claro que estamos perante uma intolerável atitude persecutória, um verdadeiro atentado à liberdade de expressão e à livre liberdade de opinião”. *(Diário ALRAA n.º 42)*

REQUERIMENTOS APRESENTADOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Dos requerimentos apresentados refere-se um com o objectivo de “avaliar o desempenho e a capacidade do Serviço Regional de Saúde”, no qual o Deputado Artur Lima solicitou que fossem fornecidos os Planos de Actividade da Direcção Regional de Saúde, da Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde, do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito e de cada um dos serviços deste, com indicação do grau de cumprimento, relativamente a todos os planos de actividade. Noutro requerimento foram solicitadas cópias dos contratos de auditoria aos três hospitais dos Açores e cópia do documento apresentado ao Corpo Clínico do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, sobre o projecto do novo Hospital da Ilha Terceira.

A REVISÃO DA LEI ELEITORAL RESULTA DA PROPOSTA LEGÍTIMA DO POVO DOS AÇORES

Numa Declaração Política depois da aprovação, na generalidade, da proposta de revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa dos Açores, o Líder Parlamentar do CDS/PP realçou que ela “recebeu os votos favoráveis de todos os partidos representados na Assembleia da República, com excepção do Partido Social Democrata”. Lembrou que nos tempos em que o PSD era maioria “os partidos da oposição e até o do poder naqueles tempos, nem sempre acabaram vendo consagradas, nos textos finais, todas as suas propostas iniciais e só as suas”, porque “estamos num órgão onde a democracia impera e as maiorias contam, mas onde a busca de equilíbrio e a responsabilidade predominou nas grandes questões da autonomia, permitindo encontrar o consenso mais alargado que fosse possível atingir e fazendo daqui sair propostas que já não eram de ninguém em particular, porque eram de toda a Assembleia e logo do Povo dos Açores”.

Artur Lima realçou depois que “na preparação da proposta de revisão (...) sempre se tiveram em conta os contributos de todas as forças políticas, inclusivamente das não representadas nesta Assembleia, bem como de todos quantos se quiseram manifestar e opinar sobre o sentido e alcance das alterações a introduzir na Lei Eleitoral. Foi-se mesmo ao ponto de provocar a discussão pública, envolvendo não apenas técnicos especialistas, como políticos e quantos quisessem participar”.

“Foi neste contexto e num ambiente perfeitamente democrático, que se chegou ao produto final, que foi o mais consensual que foi possível atingir, perante um ambiente de irredutibilidade por parte do PSD”, que votou contra a proposta final “contrariamente ao que se tornara tradicional ao nível das diferentes forças políticas”, vincando porém Artur Lima, que a proposta de revisão “é a melhor que fomos capazes de fazer, é a proposta legítima desta Assembleia Legislativa, é a proposta de revisão da Região Açores”.

O Líder do CDS/PP no Parlamento afirmou depois: “todavia o que jamais se esperaria e por isso é preocupantemente surpreendente, era que a actual liderança do PSD-Açores desenterrasse o machado de guerra para o utilizar contra uma proposta regular e democraticamente votada pela Assembleia Legislativa, que legitimamente representa a vontade do Povo Açoriano. O que é inaceitável é que o PSD o faça, só porque continua ressentido pelo facto de a sua proposta não ter feito integral vencimento aqui.

O que é politicamente incompreensível é que o PSD-Açores tenha procurado fazer, dos deputados do PSD, na Assembleia da República, instrumentos contra a vontade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, atitude que contribui negativamente para a dignificação deste Parlamento. Poucas horas antes da tomada de posse do novo Presidente da República, vir o PSD ameaçar que lhe irá pedir que vete a nova lei eleitoral que a Assembleia da República vier a votar, é politicamente inaceitável, porque o Partido Social Democrata não tem o direito de querer exigir pagamento político pelo apoio que deu à eleição de Cavaco Silva e seria aberrante se quisesse transformar a Presidência da República numa extensão política do PSD”.

Já quase a terminar, Artur Lima afirmou que “o Parlamento açoriano disse querer uma Lei Eleitoral para os Açores que aumente a proporcionalidade e favoreça uma representação partidária mais plural, conferindo ao voto dos eleitores um carácter regional”.

(Diário ALRAA n.º 34)

NOTA: Entretanto a proposta de Lei Eleitoral foi objecto de votação final e global na Assembleia da República, com votos favoráveis de todos os partidos, à excepção do PSD, tendo sido posteriormente promulgada pelo Presidente da República e já está publicada como Lei Orgânica 5/2006, de 31 de Agosto.

ADJUNTOS PARLAMENTARES

Por ter atingido as condições legais para o efeito, passou, a seu pedido, em Abril, à situação de aposentado, o então Adjunto do CDS/PP nesta Assembleia, Renato Moura. As funções de Adjunto do CDS/PP são exercidas, desde o mês de Maio, pelo Dr. Pedro Pinto, membro da Comissão Política Regional e Presidente da Comissão Política Concelhia da Praia da Vitória, a quem desejo bom trabalho.

A meu pedido, o Renato Moura aceitou, com inteira disponibilidade, prestar gratuitamente toda a colaboração que no futuro lhe vier a solicitar em prol da actividade parlamentar, o que registo e agradeço. *Artur Lima*

Aprovados por unanimidade dois Votos propostas pelo CDS/PP

Um foi de pesar, pela morte de José de Freitas Silva, de 85 anos, natural da Fazenda - Flores.

O extinto foi Deputado Regional, Presidente e vereador da Câmara Municipal das Lajes das Flores e Delegado da Secretaria Regional do Comércio e Indústria.

Foi Presidente da Casa do Povo das Lajes das Flores, foi fundador e primeiro Director do “Jornal do Ocidente”.

O outro foi um voto de congratulação pela manutenção, ao longo de cerca de três anos, do Programa “Frente a Frente”, no qual participam personalidades com diversas sensibilidades políticas, que é realizado em Angra do Heroísmo, o que realça o papel das delegações da RDP e o qual continua a contribuir para a informação, para a formação e debate político plural, constituindo peça importante na concretização do serviço público de radiodifusão nos Açores.